



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

- Senado discute a uniformização da alíquota interestadual de ICMS;
- Audiência Pública debate o financiamento da atividade sindical;
- Audiência pública debate os desafios das cadeias produtivas de produtos reciclados;

Senado discute a uniformização da alíquota interestadual de ICMS

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) do Senado Federal, realizou audiência pública para debater o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 01/2013, que trata da alíquota interestadual de ICMS.

Estiveram presentes a Secretária de Fazenda do Estado do Espírito Santo, Assessor da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, diretor de Administração Tributária da Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira Pró- Desenvolvimento Regional Sustentável e o Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Confaz.

Ponto principal de convergência entre os convidados foi a condição de compensação plena das perdas que a uniformização da alíquota do ICMS gerarão. Atualmente essa compensação está prevista na Medida Provisória 683/2015 por meio de fundos custeados pela multa da repatriação de recursos, que ainda não existe. O grande pleito entre os palestrantes foi no sentido de conferir segurança jurídica a essa compensação.

O relator da matéria, senador Wellington Fagundes (PR/MT) acredita que os fundos de compensação devem ter natureza constitucional e o senador Ronaldo Caiado (DEM/GO) argumentou que os fundos só funcionarão caso tenham recursos permanentes, o que não é o caso da repatriação.

Assessor da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, Manoel Procópio Júnior, afirmou que não é cabível que nenhum estado se manifeste contra a descentralização de investimentos no Brasil. No mesmo sentido a Secretária de Fazenda do Estado do Espírito Santo, Ana Paula Vescovi, disse que a uniformização, atrelada à compensação das perdas, é necessária para conferir mais estabilidade aos que investem.



José Alves Filho, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável - ADIAL BRASIL defendeu a sistemática atual do ICMS, que permite que os estados se desenvolvam sem repassar custos para o consumidor. De acordo com ele a União tem recursos para bancar os fundos de compensação.

A senadora Simone Tebet (PMDB/MS) tocou na necessidade de alterar o quórum das decisões do Confaz, atualmente unânime, para a concessão de isenções, benefícios e incentivos fiscais referentes ao ICMS.

Audiência Pública debate o financiamento da atividade sindical

A Comissão Especial destinada a estudar e apresentar propostas com relação ao financiamento da atividade sindical iniciou hoje seu ciclo de audiências públicas com a presença do presidente, deputado Paulinho da Força (SD/SP), e do relator, deputado Bebeto (PSB/BA).

Estiveram presentes também: José Calixto Ramos (Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST); Álvaro Egea (Secretário-Geral da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB); Miguel Salaberry Filho (Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores - UGT); João Carlos Gonçalves (Secretário-Geral da Força Sindical); Renan Bernardi Kalil (Procurador do Trabalho).

Os palestrantes ressaltaram a necessidade da contribuição sindical compulsória e de se regulamentar uma contribuição que abranja sindicalizados ou não para que as entidades sindicais possam melhor funcionar e representar, principalmente nas negociações coletivas.

A Comissão destina-se a apresentar uma proposta única para a definição de uma contribuição para o financiamento das atividades sindicais.

Na semana que vem, haverá audiência pública com a presença de representantes do Ministério do Trabalho, do TCU, da OAB, da CUT, da Conlutas, da CTTB e da CGT.

Ainda na primeira semana de novembro a Comissão realizará audiência pública com as confederações patronais: CNI; CNA; CNC; CNT; CNS.

Audiência pública debate os desafios das cadeias produtivas de produtos reciclados

A Frente Parlamentar de Reciclagem promoveu audiência para debater os desafios das cadeias produtivas de produtos reciclados na Câmara dos Deputados, com a participação de representantes de cadeias produtivas de reciclagem de ferro e aço, garrafas PET, papel e plásticos em geral. Também estiveram presentes representantes do Ministério do Meio Ambiente e das Empresas de Limpeza Urbana.



Na ocasião, a representante do Ministério do Meio Ambiente destacou a consistência da proposta da CNI para a desoneração dos sistemas de logística reversa. Afirmou que a proposta assegura maior justiça tributária ao impedir a bitributação, o que favorece a competitividade das empresas inseridas nas cadeias produtivas de reciclados.

Os debatedores convergiram na avaliação de que as cadeias de reciclados estão sendo severamente impactadas pela conjuntura econômica, o que coloca em risco os avanços alcançados até o momento. Também ressaltaram o potencial econômico, ambiental e social destas cadeias produtivas, além das perdas geradas pelo não aproveitamento e pela disposição inadequada destes materiais.

Dentre as sugestões apresentadas para a melhoria da competitividade do setor de reciclagem destacam-se: a) a eliminação da bitributação sobre estes produtos; b) a desoneração das etapas iniciais das cadeias produtivas e a geração de créditos para as indústrias que compram o material; c) o estabelecimento de uma identidade tributária própria para os materiais oriundos da reciclagem; d) a adoção do regime não cumulativo; e) a adoção da substituição tributária entre os estados para ICMS; e f) criação de linhas de créditos específicas no BNDES.

Por fim, o Presidente da frente parlamentar e requerente da audiência, deputado Carlos Gomes (PR/RS), concluiu pela necessidade de ações emergenciais para alavancar os investimentos necessários ao fortalecimento das cadeias produtivas e o papel do parlamento em dar respostas às demandas apresentadas.